



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ/PE E SUAS SECRETARIAS

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso à internet através de link de dados com IP dedicado com velocidades fornecida dedicados com tecnologia 100% fibra óptica GPON, TOPOLOGIA FTTH, com redundância na infraestrutura (com dois caminhos distintos entre provedor e o local de instalação) incorporando a rede da Prefeitura do Município de Jatobá/PE à uma rede de dados através de links da fibra óptica até a central da empresa responsável pelo provimento da internet, em razão de efetivar a missão desta Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e suas secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 - SECRETARIA DE SAÚDE							
Nº	CATMAT	SECRETARIA / DEPARTAMENTO	DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QNT	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	26484	Secretaria de Saúde	500 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (SECRETARIA DE SAÚDE)	MÊS	12	R\$ 409,98	R\$ 4.919,76
2	26484	Hospital Itaparica	500 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (HOSPITAL ITAPARICA)	MÊS	12	R\$ 423,64	R\$ 5.083,68
3	26484	UBS I Jatobá	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (UBS I JATOBÁ)	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
4	26484	Casa Olhar Diferenças	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CASA OLHAR PARA AS DIFERENÇAS)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
5	26484	PSF Volta do Moxotó	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (UBS VOLTA DO MOXOTÓ)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32



# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

6	26484	PSF Logradouro	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (UBS LOGRADOURO)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
7	26484	PSF Itaparica	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (UBS ITAPARICA)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
8	26484	Academia das Cidades	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (ACADEMIA DAS CIDADES)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
9	26484	Farmácia Básica	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (FARMÁCIA BÁSICA)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
10	26484	PSF Jatobá	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (UBS JATOBÁ II)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
11	26484	PSF Nova terra	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (UBS NOVA TERRA)	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48

## LOTE 01 - VALOR TOTAL ANUAL

R\$ 28.649,16

## LOTE 02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

N°			DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QNT	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	26484	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
2	26484	CADASTRO ÚNICO	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (CADASTRO ÚNICO)	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00



# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

3	26484	CREAS	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CREAS)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
4	26484	Centro Convivência e fortalecimento de vínculo de núcleo Logradouro	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO DE NÚCLEO LOGRADOURO)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
5	26484	Cozinha Comunitária Dona Naninha	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (COZINHA COMUNITARIA DONA NANINHA )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
6	26484	Centro Convivência e fortalecimento de vínculo de núcleo Volta do Moxotó	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO DE NÚCLEO VOLTA DO MOXOTÓ)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
7	26484	Casa dos Conselhos	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CASA DOS CONSELHOS)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
8	26484	Conselho Tutelar	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CONSELHO TUTELAR )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
9	26484	CRAS	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (CRAS )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
10	26484	Cozinha Comunitária Indígena	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (COZINHA COMUNITARIA INDIGENA)	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
11	26484	Centro Convivência e fortalecimento de vínculo de núcleo Saco dos Barros	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO DE NÚCLEO SACO DOS BARROS)	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
LOTE 02 - VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 23.149,20	

  [prefeituradejatobape](https://www.instagram.com/prefeituradejatobape) |  [Prefeitura de Jatobá-PE](https://www.youtube.com/c/PrefeituraMunicipalJatobape)





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



## LOTE 03 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Nº			DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QNT	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	26484	Secretaria de Educação	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
2	26484	Escola Municipal Professora Djanira Dória	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Professora Djanira Dória )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
3	26484	Escola Municipal Eunápio Gomes Varjão	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Eunápio Gomes Varjão )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
4	26484	Escola Munipal de Jatobá	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Munipal de Jatobá)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
5	26484	Escola Municipal Aytorn Senna da Silva	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Aytorn Senna da Silva)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
6	26484	Centro Educacional	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 Centro Educacional	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
7	26484	Professora Ita Costa	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Professora Ita Costa )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
8	26484	Escola Municipal Vereador Eraldo José de Souza	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Vereador Eraldo José de Souza )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
9	26484	Escola Municipal Maria Quitéria	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Maria Quitéria )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32

  [prefeituradejatobape](https://www.instagram.com/prefeituradejatobape) |  [Prefeitura de Jatobá-PE](https://www.youtube.com/c/PrefeituraMunicipalJatobáPE)



# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

10	26484	Escola Municipal Mínima da Volta	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Mínima da Volta )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
11	26484	Escola Municipal Djanira Dória	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Escola Municipal Professora Djanira Dória )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
12	26484	Escola Municipal Fazenda Grande	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (ESCOLA MUNICIPAL FAZENDA GRANDE )	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
13	26484	Escola Municipal Lina Alves dos Santos	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (ESCOLA MUNICIPAL LINA ALVES DOS SANTOS )	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
14	26484	Escola Municipal Frei Caneca	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (ESCOLA MUNICIPAL FREI CANECA )	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
15	26484	Escola Municipal São Roque	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6. (ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE)	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48

**LOTE 03 - VALOR TOTAL ANUAL**

**R\$ 28.497,12**

## LOTE 04 - PREFEITURA

N°			DESCRIÇÃO	MED. DE FORNEC.	QNT	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	26484	Secretaria Desenvolvimento Rural para atender as salas de Engenharia de Pesca, INCRA, ADAGRO, E Abastecimneto	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( SECRETARIA DESENVOLVIMENTO RURAL)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32



# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

2	26484	Secretaria de Desenvolvimento Rural	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( FEIRA E MERCADO PUBLICO )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
3	26484	Secretaria de Desenvolvimento Rural	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( IPA )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
4	26484	Secretaria de Planejamento	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( SECRETARIA DE PLANEJAMENTO )	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
5	26484	Licitação	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( LICITAÇÃO )	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
6	26484	Sala do empreendedor	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( SALA DO EMPREENDEDOR )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
7	26484	Secretaria de Administração	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO )	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
8	26484	Departamento Transporte	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( DEPARTAMENTO TRANSPORTE )	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
9	26484	Ponto de câmeras na feira	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( PONDE CÂMERAS NA FEIRA )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
10	26484	Posto Receita Federal	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( POSTO RECEITA FEDERAL )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
11	26484	Posto Detran	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( POSTO DETRAN )	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32

[@prefeituradejatobape](#) | [Prefeitura de Jatobá-PE](#)





# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

12	26484	Secretaria de Infraestrutura	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA)	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
13	26484	Departamento de Obras	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( DEPARTAMENTO DE OBRAS)	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
14	26484	Posto Vigilantes	50 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( POSTO VIGILANTES)	MÊS	12	R\$ 105,29	R\$ 1.263,48
15	26484	Secretaria de Relações Culturais (SECULTE)	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( SECRETARIA DE RELAÇÕES CULTURAIS PARA 2 PONTOS)	MÊS	12	R\$ 336,72	R\$ 4.040,64
16	26484	Estação Cultural da Volta do Moxotó	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( ESTAÇÃO CULTURAL DA VOLTA DO MOXOTÓ)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
17	26484	Biblioteca Municipal	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (BIBLIOTECA MUNICIPAL)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
18	26484	Secretaria de Assuntos Jurídicos	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32
19	26484	Gabinete do Prefeito	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( GABINETE DO PREFEITO)	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
20	26484	Secretaria de Assuntos Indígenas	100 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (SECRETARIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS)	MÊS	12	R\$ 168,36	R\$ 2.020,32



# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

21	26484	Administração da Volta do Moxotó	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 ( ADMINISTRAÇÃO DA VOLTA DO MOXOTÓ )	MÊS	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
22	26484	Secretaria de Finanças	200 MBPS DEDICADOS COM TECNOLOGIA 100% FIBRA ÓPTICA GPON, TOPOLOGIA FTTH E FORNECIMENTO DE IP'S PÚBLICOS IPV4 E IPV6 (Secretaria de finanças)	MÊS	12	R\$ 329,44	R\$ 3.953,28
LOTE 04 - VALOR TOTAL						R\$ 55.424,40	
VALOR TOTAL DO LOTES						R\$ 135.719,88	

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Nova Lei de Licitações Nº 14.133/2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de acesso à internet por meio de link dedicado em fibra óptica mostra-se necessária e indispensável para garantir o funcionamento contínuo, seguro e eficiente das atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e por suas Secretarias. A Administração Pública Municipal depende, de forma direta, de conectividade estável para a execução de sistemas administrativos, acesso a plataformas governamentais, comunicação institucional, utilização de serviços em nuvem, transmissão de dados, realização de videoconferências e atendimento às demandas internas e externas.

O serviço atualmente utilizado possui caráter continuado, sendo essencial à manutenção da rotina administrativa. Qualquer interrupção ou instabilidade no acesso à internet compromete significativamente a prestação dos serviços públicos, impactando negativamente a eficiência administrativa, a comunicação entre setores e o atendimento ao cidadão. Dessa forma, a continuidade da contratação se faz necessária para evitar prejuízos operacionais e garantir a regularidade das atividades institucionais.

Do ponto de vista técnico, a demanda existente exige solução que ofereça banda dedicada e simétrica, operação ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana), endereçamento IP fixo, redundância física na infraestrutura e baixa latência, características estas que somente podem ser asseguradas por meio de contratação de empresa especializada e devidamente autorizada a operar serviços de telecomunicações. Ressalta-se que o Município não dispõe de infraestrutura própria, nem de recursos humanos especializados, capazes de prover internamente serviço equivalente com o mesmo nível de desempenho, segurança e confiabilidade.





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



A necessidade da contratação encontra respaldo na Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que reconhece os serviços de telecomunicações como essenciais e assegura aos usuários a continuidade e a qualidade da prestação. Também se fundamenta na Resolução ANATEL nº 614/2013, que regulamenta o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), modalidade aplicável ao fornecimento de link dedicado em fibra óptica, estabelecendo padrões mínimos de desempenho, disponibilidade e confiabilidade do serviço.

Adicionalmente, a Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital) impõe à Administração Pública a adoção de soluções tecnológicas eficientes e seguras para a prestação de serviços públicos, o que pressupõe infraestrutura de conectividade adequada. O Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, reforça a necessidade de garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações, requisitos diretamente dependentes de uma rede de internet estável e dedicada.

Por fim, a contratação atende ao princípio da continuidade do serviço público, previsto no art. 37 da Constituição Federal, uma vez que a conectividade é elemento essencial para a execução das funções administrativas do Município. Assim, a contratação pretendida se mostra necessária, adequada e justificada, garantindo a continuidade dos serviços, a eficiência administrativa, a segurança da informação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

- 2.2. Em conformidade com o previsto no inciso IX do Art. 7º, da IN 40/2020, a presente contratação não encontra-se respaldada no Plano de Contratações Anual, tendo em vista a ausência de sua elaboração, devido uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento, apesar de sua obrigatoriedade constante no Art. 12, VII, da Lei nº 14.133/21, porém é imprescindível considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária, isto é, a escassez de técnicos disponíveis para a elaboração do referido plano.
- 2.3. Todavia, é crucial ressaltar que a Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e suas secretarias está tomando todas as medidas cabíveis para resolver essa situação, restando demonstrado o compromisso da administração municipal em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão, realizando assim, levantamento minucioso das necessidades da Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e suas secretarias, bem como a análise de fornecedores e a definição de critérios claros para as contratações.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



- 4.1.1. Utilizar equipamentos de rede (ONU, switches, roteadores e similares) que atendam a padrões de eficiência energética, com vistas à redução do consumo de energia elétrica e ao uso racional dos recursos públicos;
- 4.1.2. Assegurar que a solução contratada promova a continuidade dos serviços públicos digitais, reduzindo retrabalhos, desperdício de recursos e interrupções que impactem negativamente a eficiência administrativa;

## Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

## Vistoria

- 4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7h30 horas às 13h30 horas.
- 4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: A execução do objeto terá início em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Prefeitura Municipal de Jatobá/PE, observadas as condições técnicas necessárias para implantação da infraestrutura.





- 5.1.2.A execução do objeto compreenderá a implantação, ativação e operação de link dedicado de acesso à internet em fibra óptica, com tecnologia GPON e topologia FTTH, observando-se as seguintes diretrizes:
- 5.1.3.A empresa contratada será integralmente responsável pelo fornecimento, instalação, configuração, operação e manutenção de toda a infraestrutura e equipamentos necessários à execução do serviço, incluindo, mas não se limitando a ONU, cabos, conectores, switches, roteadores e demais dispositivos, não cabendo à contratante qualquer ônus adicional;
- 5.1.4.A contratada deverá realizar a instalação do link de dados em fibra óptica, bem como a integração da rede da Prefeitura Municipal de Jatobá/PE à sua central de dados, garantindo tráfego simultâneo de upload e download, com banda dedicada e simétrica;
- 5.1.5.O serviço deverá operar de forma contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sem restrição de uso, de tráfego, de tipo de dados, de portas lógicas ou de serviços;
- 5.1.6.A contratada deverá disponibilizar endereço IP dedicado e válido, bem como fornecer todos os parâmetros técnicos necessários à correta configuração dos equipamentos e ao pleno funcionamento do acesso à internet;
- 5.1.7.A manutenção preventiva e corretiva, incluindo eventual substituição de equipamentos e correção de falhas, será de responsabilidade exclusiva da contratada, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço durante toda a vigência contratual;
- 5.1.8.A execução do serviço caracteriza-se como serviço continuado, permanecendo ativa durante todo o período de vigência do contrato, conforme estabelecido no instrumento contratual e na Ordem de Serviço emitida pela contratante.

## Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Os serviços serão prestados na sede da Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e demais Secretarias Municipais, bem como nos demais prédios públicos vinculados à Administração Municipal, conforme pontos de acesso definidos pela contratante, dentro do território do Município de Jatobá/PE.

- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, durante toda a vigência do contrato.

## Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
  - 5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades adequadas e com qualidade compatível com o objeto contratado, promovendo sua substituição sempre que necessário, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.





- 5.4.2. Infraestrutura de acesso em fibra óptica, incluindo cabos, conectores, caixas de emenda, dutos, suportes e demais materiais necessários à implantação e manutenção do link dedicado.
- 5.4.3. Equipamentos de rede, tais como ONU (Optical Network Unit), switches, roteadores e demais dispositivos ativos, necessários à ativação, operação e monitoramento do serviço de acesso à internet.
- 5.4.4. Ferramentas, instrumentos e materiais de apoio técnico, bem como eventuais equipamentos substitutos, indispensáveis à instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva do serviço durante toda a vigência contratual.

## Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Necessidade de fornecimento de link dedicado de acesso à internet, com banda simétrica (upload e download), operando por meio de tecnologia 100% fibra óptica (GPON), em topologia FTTH, garantindo estabilidade e alto desempenho;
- 5.5.2. Prestação do serviço de forma contínua e ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sem limitação de tráfego de dados ou restrições de uso;
- 5.5.3. Atendimento às demandas de múltiplas unidades administrativas, compreendendo a sede da Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e demais Secretarias Municipais, com possibilidade de interligação e integração da rede;
- 5.5.4. Disponibilização de endereço IP dedicado e válido, necessário para acesso a sistemas, integrações, serviços em nuvem e demais aplicações institucionais;
- 5.5.5. Exigência de redundância na infraestrutura, com dois caminhos distintos entre o provedor e o local de instalação, a fim de garantir alta disponibilidade e minimizar riscos de interrupção do serviço;
- 5.5.6. Responsabilidade integral da contratada pelo fornecimento, instalação, configuração, operação e manutenção de toda a infraestrutura, equipamentos e materiais necessários à execução do serviço;
- 5.5.7. Demanda compatível com o volume de acessos simultâneos aos sistemas administrativos, plataformas governamentais, serviços em nuvem, videoconferências e demais aplicações utilizadas pela Administração Municipal;
- 5.5.8. Caracterização do serviço como serviço continuado, a ser prestado durante toda a vigência contratual, estimada em 12 (doze) meses, conforme estabelecido no instrumento contratual.

## Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

- 5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).



## Procedimentos de transição e finalização do contrato

- a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto responsável pela execução do objeto, o qual deverá comparecer ao local da prestação dos serviços sempre que solicitado pela Contratante ou quando necessário para solução de demandas técnicas.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);





- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

## Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).





- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será aferida da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 7.2.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;
- 7.2.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;
- 7.2.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

### Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5(cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, [de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. ★ Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.1. o prazo de validade;
  - 7.16.2. a data da emissão;
  - 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 7.16.5. o valor a pagar; e
  - 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.20. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## Prazo de pagamento

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária, cuja variação é determinada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Forma de pagamento

- 7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.
- 8.2. **Justificativa de Aquisição por Lote:** A principal intenção da Administração em realizar o processo por lotes justifica-se pelo princípio da economicidade, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, atentando-se aos custos indiretos da contratação.

Os itens em questão são pedidos em sua maioria para ser entregues juntos, ou seja, esses itens possuem a mesma natureza e são utilizados para uma única finalidade. A licitação em lote é melhor para o controle, gestão e fiscalização do contrato.

O agrupamento de itens em lotes justifica-se pela necessidade de padronização e compatibilidade técnica entre os diferentes itens licitados, de forma a assegurar o funcionamento adequado dos



# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



serviços contratados a serem oferecidos pelo Município, minimizando riscos de incompatibilidades entre produtos de fornecedores distintos. A familiaridade com os produtos de um mesmo fabricante contribui para a eficiência na prestação dos serviços.

Tal medida também repercute em uma melhor gestão dos contratos, pois a entrega realizada entre um número reduzido de fornecedores possibilitará um abastecimento eficaz de materiais e equipamentos, vez que se a entrega ocorresse por um número considerável de fornecedores poderia implicar na descontinuidade dos serviços prestados, na falta de padronização e na perda da qualidade dos materiais.

Alinham-se a tudo isto que o agrupamento de itens e em lote também contribuem para uma melhor gestão contratual, considerando que o Município terá um número menor de fornecedores contratados, possibilitando uma execução mais eficiente, sobretudo quando se leva em conta a baixa quantidade de mão obra disponível para fiscalização e acompanhamento contratual.

A consolidação de todos os materiais e equipamentos em vários lotes resultará em economia de recursos financeiros e simplificação da administração. Gerenciar alguns contratos é mais eficiente do que lidar com múltiplos contratos. A gestão contratual torna-se mais simples, permitindo uma fiscalização e supervisão eficaz do cumprimento das obrigações contratuais, otimizando tempo e custos operacionais.

Ao concentrar a compra em vários lotes, a instituição fortalece sua posição na negociação com fornecedores. O volume de compra mais significativo proporcionará vantagens, como descontos mais expressivos e condições de pagamento mais favoráveis, em consonância os critérios de pedido mínimo estabelecidos no Termo de Referência.

A previsão contida no § 3º, inciso I, do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, para não parcelarmos no caso por item fortalece nossas justificativas, senão vejamos:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

Ao comentar esse dispositivo da Lei nº 14.133/2021, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters, 2021. p.552) afirma:

Outra hipótese se relaciona à elevação dos custos de gestão contratual.

São casos em que o parcelamento do objeto, por acarretar a multiplicação de contratações com sujeitos diversos, resulta na ampliação dos encargos atinentes à gestão do contrato e acarreta efeitos negativos de cunho econômico ou gerencial.

Suponha-se uma contratação unitária de 1.000 unidades de um objeto, o que acarreta a necessidade de acompanhar e fiscalização a execução da prestação por um único fornecedor. Imagine-se que ocorra o parcelamento e sejam promovidas cinquenta contratações, cada qual versando sobre 20 unidades. Isso implicaria a necessidade de gestão de cinquenta contratos, o que pode implicar custos e dificuldades administrativas muito superiores e antieconômicos.

Corroborando com a legalidade do parcelamento do objeto do caso concreto, por lote, a pesquisa de mercado realizada comprova que diversas empresas fornecem os objetos propostos, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.

Portanto, a formação de lotes visa melhorar a eficiência na compra de objeto licitado, possibilitando um certame com fornecedores qualificados para cada lote e melhor administração dos contratos.

- 8.3. **A JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APRESENTAÇÃO EM COTA 25% E 75%:** não se aplicará o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (art. 49, inc. III). Com efeito, a partir da transcrição de tais disposições normativas, conclui-se que a previsão do art. 48, não é absoluta e inexorável, podendo ser





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



afastada no caso concreto caso exista a devida motivação nos autos do procedimento licitatório. Neste caso, a divisão do objeto em questão não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo, como trata-se no caso apresentados. Isso porque em determinadas situações a divisão do objeto pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração, fatos esses que devem ser verificados e justificados pela autoridade competente. Observe-se o entendimento do STJ sobre o assunto em questão: “O fracionamento das compras, obras e serviços, nos termos do da Lei n. 14.133/21 somente pode ocorrer com demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, bem como que enseja melhor atingir o interesse público, manifestado pela ampliação da concorrência.” STJ. RMS 34.417/ES. Segunda Turma.

## Regime de execução

8.4. O regime de execução do contrato será continuado.

## Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

- 8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.21. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- 8.22. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 8.23. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 8.24. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.25. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 8.26. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



- 8.27. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.28. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## Qualificação Técnica

- 8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
- 8.30. Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da licitação, ou seja, as que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total estimado da contratação.
- 8.31. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.
- 8.32. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;
- 8.33. A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.
- 8.34. A comprovação de outorga expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, autorizando a licitante à exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente no que se refere ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) ou equivalente aplicável, deverá ser apresentada pelo licitante vencedor em momento posterior ao envio da proposta, como condição para a formalização da contratação, não constituindo requisito obrigatório para fins de participação inicial no certame, de modo a preservar a competitividade e a ampla concorrência.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES

### 9.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

  [prefeituradejatobape](#) |  [Prefeitura de Jatobá-PE](#)





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta



# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.





## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação, apurado com base na planilha de custos elaborada pela Administração, encontra-se distribuído por lotes, conforme as unidades demandantes. O Lote 01 – Secretaria de Saúde apresenta valor anual estimado de R\$ 28.649,16 (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos). O Lote 02 – Secretaria de Assistência Social possui valor anual estimado de R\$ 23.149,20 (vinte e três mil, cento e quarenta e nove reais e vinte centavos). O Lote 03 – Secretaria de Educação corresponde ao valor anual estimado de R\$ 28.497,12 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e doze centavos). Por fim, o Lote 04 – Prefeitura Municipal apresenta valor anual estimado de R\$ 55.424,40 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Dessa forma, o valor total estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 135.719,88 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos), conforme valores unitários e totais constantes da planilha de custos integrante deste processo.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>Órgão:</b>	10000 - GABINETE DO PREFEITO
<b>Unidade Orçamentária:</b>	10100 - GABINETE DO PREFEITO
<b>Ação:</b>	04.122.2001.2047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	10000 - GABINETE DO PREFEITO
<b>Unidade Orçamentária:</b>	11000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV
<b>Ação:</b>	04.122.2002.2308 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	12000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
<b>Unidade Orçamentária:</b>	12100 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO
<b>Ação:</b>	04.121.2004.2310 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - SAG
<b>Unidade Orçamentária:</b>	16100 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS



# Prefeitura Municipal de Jatobá



Pernambuco

<b>Ação:</b>	04.122.2001.2010 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - SAG
<b>Unidade Orçamentária:</b>	16200 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
<b>Ação:</b>	04.122.2001.2312 - MANUTENÇÃO DA SEC. EXE. DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN
<b>Unidade Orçamentária:</b>	17100 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
<b>Ação:</b>	04.123.2001.2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	13000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER TURISMO E ESPORTE
<b>Unidade Orçamentária:</b>	13100 - DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO
<b>Ação:</b>	13.392.2013.2029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	14000 - SECRETARIA M. DE COORD. CENTRAL DO SIST. DE CONTROLE INTERNO - SCI
<b>Unidade Orçamentária:</b>	14100 - CONTROLADORIA MUNICIPAL
<b>Ação:</b>	04.124.2004.2101 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	15000 - ASSESSORIA JURÍDICA - AJ
<b>Unidade Orçamentária:</b>	15100 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL
<b>Ação:</b>	02.062.2003.2045 - ASSESSORIA JURIDICA MUNICIPAL
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	18000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA
<b>Unidade Orçamentária:</b>	18100 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL
<b>Ação:</b>	15.451.2006.2064 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. INFRAESTRUTURA
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

  [prefeituradejatobape](#) |  [Prefeitura de Jatobá-PE](#)





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



<b>Órgão:</b>	19000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>Unidade Orçamentária:</b>	19200 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
<b>Ação:</b>	20.608.2010.2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. AGRICULTURA
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	40.000 - Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
<b>Unidade Orçamentária:</b>	40100 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Ação:</b>	10.122.2003.2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	30000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS
<b>Unidade Orçamentária:</b>	30200 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
<b>Ação:</b>	08.244.2001.2053 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

<b>Órgão:</b>	20000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC
<b>Unidade Orçamentária:</b>	20100 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
<b>Ação:</b>	12.361.2003.2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
<b>Elementos:</b>	33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jatobá/PE, 09 de janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JATOBÁ/PE

\_\_\_\_\_  
TÁCITO LEITE RODRIGUES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
PORTARIA Nº 128/2025

📷📞prefeituradejatobape | 📺Prefeitura de Jatobá-PE



# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



---

FRANCISCA ALDERI PONTES DO NASCIMENTO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO  
PORTARIA Nº 001/2025

---

DANIELLE CAVALCANTE SILVA  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PORTARIA Nº 004/2025

---

EDUARDO GOMES DE SÁ JUNIOR  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS  
PORTARIA Nº 002/2025

---

JOÃO VITTOR DOS SANTOS CORREIA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COORD. CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO  
PORTARIA Nº 026/2025

---

PATRÍCIA CYBELLE DE MENEZES SILVA  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA Nº 007/2025

---

WELLINGTON SILVA DE LIMA  
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PORTARIA Nº 137/2025.

---

PAULA JEANNE DE SOUZA DALTRO ALENCAR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
PORTARIA Nº 163/2025

  [prefeituradejatobape](#) |  [Prefeitura de Jatobá-PE](#)





# Prefeitura Municipal de Jatobá

Pernambuco



---

ROBSON CARDOZO DANTAS  
ASSESSOR ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
PORTARIA N° 016/2025

---

PEDRO HENRIQUE GOMES DE LIMA  
SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO  
PORTARIA N° 017/2025

---

ELSIE L. S. DÓRIA VILELA  
SECRETÁRIA INTERINA DE PLANEJAMENTO  
PORTARIA N° 216/2025

---

FRANCISCA ALDELANIA DO NASCIMENTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO E ESPORTE  
PORTARIA N° 010/2025